

## O QUADRO DA NOSSA ACCÃO

Cabo Verde como uma parcela dum mundo em que mudanças profundas ocorrem e não como um todo em si: Uma leitura e interpretação dessas mudanças não ajudaria a ver mais claro, discutindo Cabo Verde dentro delas?

Os relatórios do Banco Mundial, FMI e institutos que se debruçam sobre a situação mundial falam sempre em crises financeiras e outras, apresentando argumentos diversos. Positivo seria reunir alguns dados que parecem conduzir ao seguinte: a maior mutação do século XX está a processar-se provocando desequilíbrios fantásticos a todos os níveis assumindo uma dimensão ampla e provocando grandes mudanças estruturais na economia mundial, enquanto que a África ao Sul do Sahara - nosso contexto natural - encontra-se fora desse processo.

O slogan do texto de base "Num mundo em transformação, um Partido para o Futuro", parece muito adequado para resumir e enquadrar o conjunto das reflexões a levar a Congresso. A interpretação, a compreensão e explicação das transformações em curso é tarefa também do Partido enquanto força dirigente e agente que faz História.

é de se começar por aí:

- que transformações ocorrem?
- serão relevantes para nós?
- como as vê o Partido e como se situa nelas?
- como vai acompanhá-las salvaguardando os seus princípios?

Penso que o Congresso será decisivo para Cabo Verde tratando-se dum momento impar para equacionar a acção futura. Sendo o Partido a instituição mais importante de que dispomos, dá forma, conteúdo e coesão à super-estrutura da nossa sociedade, sob a forma de consenso nacional institucionalizado sobre as questões fundamentais do país actuais e em perspectiva para que objectivos comuns sejam alcançados, consenso esse que historicamente nunca fora atingido. Veja-se bem: as manifestações de "oposição" nunca

implementação, o que é muito normal. A posição e aceitação do Partido no futuro será alargada ou não no futuro, ou melhor os caboverdianos julgarão o seu Partido em função da forma de resolução, métodos e resultados concretos frente aos problemas nacionais que se resumem a questões de sub-desenvolvimento. Por isso, o Congresso deveria ultrapassar o círculo do militante (como se deprende dos textos) para se debruçar sobre os desafios da sociedade e da geração actual.

Ocorre-me algumas ideias sobre as transformações em curso que exponho.

As mudanças em curso não fogem a regra: são de natureza profundamente económica e arrastam consigo a super-estrutura das sociedades sob todas as suas formas: das ideias pensadas às institucionalizadas. Tem como ponto de partida os países capitalistas desenvolvidos que detem os meios e mecanismos da produção moderna, exercem uma enorme força de tracção sobre os países socialistas e sufocam os países pobres cuja super-estrutura rígida dificilmente se adapta a mudanças decisivas.

Nesses países, a fronteira entre a cultura de negócios e a de valores cívicos, entre o campo de intervenção pública e privada, entre o da regulação e do mercado livre deixaram na realidade de ser relevantes e começam a confundir-se e só são focados em momentos de retórica política e de certo saudosismo ideológico: os Governos criam e limitam as balizas de actuação das leis de mercado quando definem os eixos da actividade empresarial e as empresas aprenderam com as greves e as reivindicações operárias super-organizadas a velar pelo ambiente social do trabalho intervindo em esferas diversas.

O conceito, conteúdo e essência da categoria propriedade também mudou em função da busca de novos incentivos à produtividade.

Trata-se de duas mudanças de fundo na super-estrutura que incidem em categorias relevantes enquanto pilares do socialismo clássico.

Isso demonstra que se entrou numa época em que o progresso económico resulta, como jamais, do consenso na política, entre outros factores.

Não são essas as de fundo, pois vem em sequencia. Tudo parece começar com a introdução de tecnologias que tiveram impacto fantástico na produtividade do trabalho e que requerem estadios superiores de organização da produção e novos espaços no tecido económico. Essa busca provoca a desestabilização da ordem social, enquanto etapa necessaria para que nova ordem seja alcançada, que assume características dum autentico ciclo de desenvolvimento que se esta a chamar de crise no sentido clássico. Só que essa crise se processa num ambiente de riqueza absoluta em que as premissas que a construíram (sectores de actividade produtiva, formas de organização da produção, métodos de gestão...) estão dando lugar a novas, mais perfeitas, tal como exige o desenvolvimento tecnológico.

As novas premissas consistem no seguinte: as indústrias bases do estágio superior são as de precisão, impulsionadas por alta tecnologia em rápida mutação, que necessitam de manutenção de precisão onde a forma de organização da produção tem por base uma força de trabalho altamente especializada, quer dizer um modo de produção mais horizontal e menos hierárquico e extremamente flexível.

Essa flexibilidade significa que os custos unitários já não são tão dependentes do custo das matérias primas como da inovação tecnológica. A tendência parece ir no sentido da forte padronização de produtos via grande integração de sectores de actividade, produtos esses de volume cada vez menor e de alto valor acrescentado, isto é especializado.

Tais mudanças não deixam de ter reflexo sobre a natureza do aparelho de Estado e formas de sua intervenção: o Estado é chamado a ter maiores engagements e intervenção porquanto os requisitos de base são qualitativamente mais exigentes - um sistema educativo mais eficiente e especializado, ajuda do Estado para enfrentar concorrência mais especializada, etc.

As consequências de tais mudanças para os países sub-desenvolvidos vão no sentido dum maior distanciamento destes países em relação aos do Norte a todos os níveis, colocando-os numa situação de total dependencia na utilização de produtos sofisticados.

Nesse processo, as indústrias tradicionais pouco flexíveis e de rentabilidade comprometida por causa de custos salariais elevados não vão para sucatas, pois ainda dispõem de reservas

de lucros importantes. Começa assim o processo de deslocação da produção para países mais pobres, acompanhada da transferencia de capitais.

Foi possível reunir alguns dados nesse domínio.

O fenómeno da deslocação da produção teria começado em meados da década de 60 beneficiando a Coreia, Hong-Kong, Formosa, Taiwan, Brasil e Espanha através das indústrias têxteis, calçados, brinquedos e montagens electrónicas simples, fenómeno esse acompanhado do capital financeiro especulativo, requerendo grande volume de mão de obra não especializada, pouco investimento e tecnologia.

Essas indústrias foram bem acolhidas e permitiram treinar a mão de obra e a especialização desses países, preparando campo a indústrias mais exigentes.

Em meados dos anos 70, esses países lançaram-se num processo de promoção de indústrias intensivas em capital aproveitando novas deslocações de produção do Norte: máquinas de processamento de dados, micro-processadores e comunicação via satélite (numa única palavra, o avanço tecnológico) deram à esfera produtiva meios suficientes para desintegrar o processo de produção e subdividi-lo em operações separadas, realizadas em diferentes partes do Globo e integráveis num único produto.

A Malásia, Tailândia, Filipinas, Sri Lanka, Índia e outros países dessa cintura geográfica assumiram a produção das indústrias inicialmente deslocadas: vestuários, calçados e montagens electrónicas simples.

Já no início da década de 80, os países beneficiados pela deslocação da produção nos anos 60 dispunham de uma base produtiva complexa composta de indústrias de automóveis, aparelhos de televisão a cores, micro-computadores, gravadores e rádios, electrodomésticos, navios, etc. Esses países juntos fornecem hoje 16% da tonelagem mundial (dados OCDE). Por exemplo, quase toda a produção mundial de pequenos electrodomésticos (Panasonic, Philips, GE, Sony, Zenith e outras marcas) centraliza-se hoje em Hong-Kong, Singapura, Coreia, Taiwan e outros países, isto é na cintura do Pacífico que vai da Coreia à Sri Lanka, com financiamento obtido em

bancos japoneses, americanos e europeus provocando a integração da sua rede bancária no tecido financeiro internacional: este já não é neutro frente à bolsa de valores de Hong-Kong, p.e.

O impacto desse fenómeno para os países receptores foi de tal ordem que países como a Malásia de monocultura de borracha nos anos 60 dispõem hoje de mais de 250 fábricas de montagem de componentes electrónicas complexas em 20 anos aumentou o seu valor acrescentado nacional em mais de 800% (dados B.Mundial) o que em termos absolutos é superior ao da Grécia, Portugal, Chile, Israel.

Nesse processo fantástico de despolarização surge a China com uma abertura sem precedentes e decidida a sair do auto-centrismo, construindo "zonas económicas especiais" também ao longo da cintura das indústrias deslocadas e o Japão que preenche todas as características para liderar o processo e que também é um dos bastiões de indústrias de precisão.

Falta contrapor os custos sociais de tal fenómeno. Não foi possível recolher mais dados.

Usadamente, as conclusões parecem ser:

- o que iniciou na década de 60 como uma transferência gradual no domínio da deslocação da produção transformou-se, nos nossos dias, numa grande mudança estrutural na economia mundial.
- esse fenómeno constitui o grande acontecimento do século XX - a multipolarização da hegemonia económica - e desemboca no que certos analistas já chamam de "profunda viragem geo-política".
- o fenómeno da deslocação não atingiu qualquer foco ou país africano, salvo a rara excepção da Nigéria que conjuntamente com outras nações produtores de petróleo se lançaram na construção de enormes complexos petroquímicos visando a produção de produtos químicos básicos como nitratos e fertilizantes.

Não será esse o quadro em que se deve analisar o desafio caboverdiano? Se analisarmos o país de dentro para fora, quer dizer partir da hipótese que é possível analisá-lo e promover o seu desenvolvimento de forma endógena estaremos a partir

de bases falsas e só reproduziremos a dependência e situação actual de dependencia externa. Isto porque à partida deparamo-nos com a limitação natural da exiguidade do mercado, a doença crónica da economia, que impede uma repartição satisfatória dos custos de produção por unidade produzida e inviabiliza qualquer estratégia ou operação de substituição de importações e qualquer tentativa de promoção endógena de crescimento independentemente do sector em questão. Não será aqui que reside o tempo que perdemos? A causa de situações de impasse a nível de indicadores de gestão das empresas não parece residir na qualidade de gestores como generalizadamente se pretende vincular, mas sim num ambiente impróprio e limitado para a actividade de produção que necessita de mais espaço, portanto mercado mais amplo.

A pequenez do mercado e as constatações atrás descritas constituem dados de partida que não podem ser ignorados. Caso contrário, não se conseguirá perspectivar e operacionalizar a reconversão do funcionamento actual da economia na base dos impulsos da ajuda externa. Se no campo político já somos abertos e possuímos um aparelho diplomático activo, não há dúvidas que a economia também precisará de muito maior abertura para que encontre espaço para operar, mas amplamente suportado por aquele aparelho. (ver adiante)

Fazendo uma tentativa de ver mais longe, há duas constatações relevantes para nós:

- o fenómeno da deslocação da produção não terá provocado um fenómeno identico ao nível das trocas comerciais? Por definição esse processo viria naturalmente em consequencia. Concretamente, não terá havido uma reorientação do centro de gravidade das trocas comerciais do Atlantico para o Pacífico, uma vez que mais da metade da população mundial encontra-se aí. Não será esse um dos fundamentos da crise do shipping ocidental, isto é a reorientação das trocas não significará também uma baixa do volume de negócios?  
os relatorios do CEPI e do IFRI quantificam tudo isso.

- assim sendo, esses fenómenos vem decorrendo ao longo dos últimos 20 anos, periodo que foi suficiente para que a Africa entrasse numa

situação alarmante, deteriorando todos os indicadores de performance económica.

A julgar pelos dados do Banco Mundial, nos últimos 20 anos nenhuma mudança estrutural ocorreu ao nível económico: a estrutura da produção não indicou qualquer índice de melhoria e sem crescimento significativo, o comércio externo vem registando quedas tanto da exportações como das importações, o ritmo do consumo abrandou, a poupança interna bruta diminuiu, o saldo de recursos agravou-se e tudo isso conjugado com o pesado fardo da dívida externa transmite-nos uma imagem muito sombria da situação reinante.

Significa que mudanças estruturais ocorrem na economia mundial, enquanto que o contexto geo-político em que o nosso país se insere encontra-se em estagnação. Tais mudanças não tiveram efeito positivo sobre a evolução da economia africana.

Surgem então questões. Como situar Cabo Verde nesse quadro, quer dizer como parte dum contexto em que as base económicas carecem de dinamismo e do ponto de vista económico ausente da grande mudança estrutural em curso? Dispõe o país de algum trunfo ou vantagens que possam desembocar numa estratégia cuidadosamente pensada e elaborada capaz de produzir efeitos positivos?

Esta é a questão central à volta da qual várias outras podem ser postas cada vez que na reflexão se introduz mais outra variável positiva ou negativa.

O país conhece e já identificou muito bem os seus estrangulamentos internos. Resta ter presente as vantagens globais e pensar a estratégia possível, repudiando o não fazer nada.

Dois aspectos merecem ser retidos:

1. O crescimento positivo verificado desde 1976 não deve alimentar ilusões, tanto mais que ele abrandou a partir de 1982, na medida em que trata-se dum crescimento a começar do zero com amplo suporte da

Comunidade Internacional, baseando-se mais em transferencias entre agentes económicos do que na produção material, quer dizer um crescimento fictício incapaz de autónomamente gerar de crescimento.

A moderação do crescimento anunciado em 1982 e os efeitos dos grandes estrangulamentos estruturais aliados ao crescimento demográfico explosivo esperado colocarão o país, dentro de algum tempo, numa situação crítica cujos primeiros sintomas serão sentidos ao nível financeiro, limitando as margens de manobra necessárias à condução do país.

2. Como interpretar o fracasso económico africano no sentido de apurarmos lições que a História proporcionou?

As profundas causas do fracasso africano tem o seu berço fora e dentro do Continente, sendo as internas ligadas à incapacidade colectiva de mudar, à cristalização de formas ultrapassadas de organização económica e social, no fundo à ausencia dum consenso nacional institucionalizado sob a forma dum projecto político bem delineado.

Os nossos trunfos situam-se precisamente a esse nível: comparando, não possuímos estruturas rígidas que na realidade bloqueiem mudanças, dispomos dum projecto em torno do qual existe consenso nacional e dum instrumento de consenso (o Partido) com força e aceitação para o dar coesão dinâmica.

A nível global, o nosso sistema peca por falta de capacidade de operacionalização a todos os níveis, enquanto que a nível estritamente económico não dispomos dum projecto de estratégia flexível e operacional cuidadosamente elaborado. A cultura da abstracção ultrapassa a cultura do fazer.

Como o económico e o político são fios do mesmo tecido social, a elaboração duma tal estratégia que não é inerte a reflexos políticos talvez muito importantes deverá ter lugar na esfera política. A capacidade autónoma de estudos do Partido seria ideal enquanto nucleo dinamizador de concepção, na medida em que só ele pode mobilizar o consenso.

Tal estratégia, longe de definir seja o que fôr a nível de conceitos, teria como ponto de partida a salvaguarda dos princípios básicos do consenso nacional onde o elemento chave é a independência de decisão, mas no quadro dum amplo processo profundamente inovador dotado de grande capacidade de flexibilidade e de antecipação das mutações internas.

Um outro ponto consistiria no facto de termos de suportar os mecanismos da dependência externa e conviver com eles, gerindo-os no que pudermos.

Na realidade é o que o país fez e vem fazendo e bem, a ponto de gozar de grande prestígio no exterior, mas fora duma estratégia trabalhada que não pode ser confundida com um plano nacional de desenvolvimento que não passa de um instrumento de compatibilização de meios disponíveis com medidas de solução e de operacionalização estratégica. A estratégia deverá incidir no campo de atracção de meios, valores positivos, sob a forma de bens e serviços capazes de gerar crescimento, cultura de produção e do fazer. É que parcelas isoladas de uma tal estratégia começam a surgir: o código de investimento, ofertas que nos são feitas no domínio do Turismo, Transportes, etc.

Será necessário analisar as premissas necessárias à atracção da cultura de produção que terá de ser acompanhada do capital estrangeiro, isto é se só a paz social, a força de trabalho, uma posição geo-económica interessante e um certo número de facilidades fiscais e administrativas - que no fundo é tudo quanto podemos oferecer - serão suficientes, sabendo que a força de trabalho disponível carece de formação e de treino especializado mas é adaptável e que a posição geo-económica só é significativa num ambiente regional ou contexto mais amplo onde os negócios são florescentes ou pelo menos não se encontram em decadência.

Qualquer estratégia adoptada terá de ter em conta que a "saída" é política. E se ela é política então é negociável. Isso quer dizer que a diplomacia e a cooperação enquanto instrumentos ao serviço da promoção do desenvolvimento tem largo campo de intervenção e mesmo decisivos. Serão eles os instrumentos que enquadrarão a atracção. Por exemplo, não será altura duma diversificação da cooperação estendendo-a aos países recém industrializados ou em vias de industrialização do Pacífico com grandes massas de produtos a colocar e fontes de deslocações de produção acessível ao nosso meio (a tentativa de cooperação com Macau poderia ser

vista nessa optica?), países sem força para comprometer a  
nossa independencia e o nosso consenso.

Por: ANTERO BARBOSA  
-Técnico Superior do MPC-